



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
“*Comissão de Constituição, Justiça e Redação*”

---

PROJETO DE LEI Nº 2247/2024

Ementa: ***DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DA GORJETA DE QUE TRATA A LEI 13.149/2017, AOS GARÇONS, BARMAN, MAITRES E FUNÇÕES CORRELATAS, BEM COMO DA INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES SOBRE A COBRANÇA ADICIONAL DOS 10%, COMO ESPECIFICA.***

**AUTOR:** Vereador João Corujinha

**RELATOR:** Vereador Tarcísio Jardim

<b>P A R E C E R   N º   _ _ _ _ _   2 0 2 4</b>
--

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 2248/2024, de autoria do ilustre Vereador João Corujinha, no qual “*dispõe sobre o pagamento da gorjeta de que trata a Lei 13.149/2017, aos garçons, barman, maitres e funções correlatas, bem como da informação aos consumidores sobre a cobrança adicional dos 10%, como especifica*”.

A matéria teve seu trâmite na forma regimental, constou no expediente e aportou na CCJRLP – Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa para análise de sua constitucionalidade.

Ato contínuo, o Vereador Tarcísio Jardim, relator da presente matéria, recebeu a proposta para análise e emissão de parecer acerca de seus aspectos legais e jurídicos.

É o que importa relatar.

**II - VOTO DO RELATOR**

Preambularmente, tem-se que a propositura legislativa exige acuidade na análise técnica desde sua ementa.

Com efeito, nota-se já desde o nascedouro da intenção legislativa que há evidente indubitável deslize insanável na redação da ementa do PLO.



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
Casa Napoleão Laureano

***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

O PLO dispõe sobre o pagamento de gorjeta e seus reflexos nas relações de trabalho, no entanto, **a Lei mencionada na ementa, qual seja, Lei nº 13.149, de março de 2017, não corresponde à Lei nº 13.419, de março de 2017**, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Como cediço, é incontestável a impossibilidade de alteração da redação legal da ementa, de modo que finda por obstacularizar a análise do corpo do PLO.

Desta feita, manifestamo-nos **DESAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2247/2024**, de autoria do Vereador João Corujinha.

É o parecer.

João Pessoa-PB, 14 de novembro de 2024.

**TARCÍSIO JARDIM**  
Vereador

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina **DESAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2247/2024**, em virtude dos fundamentos acima expendidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

**Thiago Lucena**  
Membro-Presidente

**Tarcísio Jardim**  
Membro-Relator

**Durval Ferreira**  
Membro

**Odon Bezerra**  
Membro

**Bruno Farias**  
Membro

**Bosquinho**  
Membro

**Bispo José Luiz**  
Membro